

Emerson Gabardo

List of Publications by Year in descending order

Source: <https://exaly.com/author-pdf/3256692/publications.pdf>

Version: 2024-02-01

43
papers

62
citations

1684188

5
h-index

1720034

7
g-index

47
all docs

47
docs citations

47
times ranked

29
citing authors

#	ARTICLE	IF	CITATIONS
1	A nova lei anticorrupção e a importância do compliance para as empresas que se relacionam com a Administração Pública. A&C - Revista De Direito Administrativo & Constitucional, 2015, 15, 129.	0.1	10
2	Os perigos do moralismo político e a necessidade de defesa do direito posto na Constituição da República de 1988. A&C - Revista De Direito Administrativo & Constitucional, 2017, 17, 65-91.	0.1	8
3	A felicidade como fundamento teórico do desenvolvimento em um Estado Social. Revista Digital De Direito Administrativo, 2018, 5, 99-141.	0.0	6
4	Sistema Qualis: análise crítica da política de avaliação de periódicos científicos no Brasil. Revista Do Direito, 2018, 1, 144.	0.2	6
5	O princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado como fundamento do Direito Administrativo Social. Revista De Investigações Constitucionais, 2017, 4, 95.	0.1	5
6	El principio constitucional de eficiencia administrativa: contenido normativo y consecuencias jurídicas de su violación. Cuestiones Constitucionales, 2018, 1, 131.	0.0	4
7	Imparcialidade pública e parcialidade no combate à corrupção: o caso The Intercept Brasil vs. Operação Lava Jato. International Journal of Digital Law, 2021, 2, 151-198.	0.0	3
8	INSTITUCIONALISMO E PESQUISA QUANTITATIVA COMO METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DECISÕES JUDICIAIS. Revista Da Faculdade De Direito Da UFMG, 2014, , 151-180.	0.0	3
9	Electronic government, digital invisibility and fundamental social rights. Sequência: Estudos Jurídicos E Políticos, 2020, 41, 30-50.	0.1	3
10	A atividade administrativa de fomento na gestão integrada de resíduos sólidos em perspectiva com o desenvolvimento sustentável. A&C - Revista De Direito Administrativo & Constitucional, 2013, 13, 105.	0.1	2
11	A importância da participação popular na análise de impacto regulatório pelas agências reguladoras federais brasileiras. Revista De Direito Administrativo, 2020, 279, 275-300.	0.1	2
12	OS FUNDAMENTOS DEMOCRÁTICOS DA DECISÃO JUDICIAL E A QUESTÃO DO DIREITO E DA MORAL – UMA VISÃO A PARTIR DO NEOPOSITIVISMO DE HART E A CRÍTICA DE NINO. Revista Da Faculdade De Direito UFPR, 2008, 48, .	0.1	1
13	Understanding Brazilian Administrative Law, the Related Literature, and Education: A Comparison with the System in the United States. Vienna Online Journal on International Constitutional Law, 2015, 9, 371-397.	0.1	1
14	A competência legislativa municipal para a inovação da linha substitutiva em caso de impedimento ou vacância do Prefeito - Entre autonomia política e democracia popular. A&C - Revista De Direito Administrativo & Constitucional, 0, , 219-241.	0.1	1
15	Imparcialidade na Administração Pública e o Código de Ética do Superior Tribunal Militar. A&C - Revista De Direito Administrativo & Constitucional, 2011, 11, 119.	0.1	1
16	A aplicação dos princípios de Direito Penal no Direito Administrativo: uma análise do princípio da insignificância econômica. A&C - Revista De Direito Administrativo & Constitucional, 2012, 12, 151.	0.1	1
17	Il diritto amministrativo brasiliano: aspetti attuali del controllo della pubblica amministrazione. Revista Eurolatinoamericana De Derecho Administrativo, 2017, 4, 57-66.	0.1	1
18	As violações do estado de exceção e a defesa da memória contra a invisibilidade dos grupos vulneráveis. Revista Brasileira De Estudos Políticos, 2018, , .	0.0	1

#	ARTICLE	IF	CITATIONS
19	O consequencialismo e a LINDB: a cientificidade das previsões quanto às consequências práticas das decisões. A&C - Revista De Direito Administrativo & Constitucional, 2020, 20, 97.	0.1	1
20	Característica relacional y mutabilidad de los contratos estatales: la concesión como herramienta de planeación. Revista Digital De Derecho Administrativo, 2020, , 285-308.	0.1	1
21	Retrocessos autoritários na atual crise da democracia brasileira. Tempo E Argumento, 2021, 13, e0304.	0.1	1
22	A Soberania Constitucional no Brasil Enquanto Obstáculo À Institucionalização Judiciária do Mercosul - Breves Reflexões Sobre Um Falso Problema. Revista Da Faculdade De Direito UFPR, 0, 31, .	0.1	0
23	LA INEXISTENCIA DE UN CRITERIO CONSTITUCIONAL DE SUBSIDIARIEDAD EN LA DEFINICIÓN DE POTESTADES FEDERATIVAS EN BRASIL. Estudios Constitucionales, 2015, 13, 91-122.	0.1	0
24	Teoria da argumentação jurídica em confronto com o populismo judicial. Revista De Estudos Constitucionais, Hermeneutica E Teoria Do Direito, 2021, 12, 516-537.	0.1	0
25	A insuficiência de tributação como fundamento para o afastamento da reserva do possível na garantia do mínimo existencial e da dignidade humana. Revista Brasileira De Politicas Publicas, 2021, 11, .	0.1	0
26	Os direitos humanos fundamentais em face das reformas constitucionais liberais. A&C - Revista De Direito Administrativo & Constitucional, 2007, , 75.	0.1	0
27	A soberania constitucional como obstáculo À institucionalização judiciária do Mercosul. A&C - Revista De Direito Administrativo & Constitucional, 2007, 3, 167.	0.1	0
28	Competência para a prestação de serviços públicos e o transporte coletivo rodoviário no meio ambiente urbano. A&C - Revista De Direito Administrativo & Constitucional, 0, , 143-174.	0.1	0
29	Responsabilidade civil do Estado por atos do Ministério Público. A&C - Revista De Direito Administrativo & Constitucional, 0, , 111-128.	0.1	0
30	CONFERENCIAS. Revista Eurolatinoamericana De Derecho Administrativo, 2012, 1, .	0.1	0
31	A prática de subconcessão promovida por concessionárias de serviços públicos de radiodifusão sonora e de sons e imagens “ Aluguel de horários para televidas e programas religiosos. A&C - Revista De Direito Administrativo & Constitucional, 2014, 14, 85.	0.1	0
32	MECANISMOS DE INTERVENCIÓN DEL ESTADO EN BRASIL, POSTMODERNIDAD Y LA CUESTIÓN DE LA SUBSIDIARIEDAD. Revista Eurolatinoamericana De Derecho Administrativo, 2015, 1, 59-71.	0.1	0
33	LA NUEVA LEY ANTICORRUPCIÓN BRASILEÑA: ASPECTOS CONTROVERTIDOS Y LOS MECANISMOS DE RESPONSABILIZACIÓN DE LAS PERSONAS JURÍDICAS. Revista Eurolatinoamericana De Derecho Administrativo, 2015, 2, 71-88.	0.1	0
34	The Case of 4G Technology in the Brazilian Telecommunication Law. A&C - Revista De Direito Administrativo & Constitucional, 2015, 15, 13.	0.1	0
35	A inconstitucionalidade da instituição de contribuição previdenciária para servidores inativos. Revista De Direito Administrativo, 0, 270, 243.	0.1	0
36	Ciência, tecnologia e inovação como deveres públicos relativos ao estado e À sociedade civil no Brasil. Revista Do Direito, 2017, 2, 38.	0.2	0

#	ARTICLE	IF	CITATIONS
37	Crítica a la idea de una génesis autoritaria del Derecho Administrativo. Migración Y Desarrollo, 2018, 68, 707.	0.0	0
38	El sistema legal de protección del patrimonio histórico urbano y minero en Brasil. Revista Catalana De Dret Ambiental, 2018, 9, .	0.0	0
39	AÇÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO POR ATO DOLOSO DE IMPROBIDADE E O CONDICIONAMENTO DA PRESCRIÇÃO À SUBJETIVIDADE DO AGENTE. Revista Do Direito, 2021, , .	0.2	0
40	As inconstitucionalidades do regulamento disciplinar do exército face aos princípios do Estado de Direito. Revista Eurolatinoamericana De Derecho Administrativo, 2020, 7, 301-328.	0.1	0
41	Autorização para uso de medicamentos com princípios ativos proscritos no Brasil. Revista De Investigacoes Constitucionais, 2020, 7, 473.	0.1	0
42	Diálogos museológicos: o regime jurídico brasileiro e o Código de Ética do Conselho Internacional de Museus. Brazilian Journal of International Law, 2022, 18, .	0.1	0
43	The Role of the Judicial Branch in Brazilian Rule of Law Erosion. Revista De Investigacoes Constitucionais, 2021, 8, 731.	0.1	0